



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

## **EDITAL DE LICITAÇÃO**

### **MINUTA DE EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2018**

A Prefeitura Municipal de Paranaguá, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pelo Decreto Municipal 191/2018, torna público que fará realizar no local e data abaixo, licitação na modalidade **Concorrência Pública, Tipo Maior Lance ou Oferta, para a outorga de Concessão de Uso de bem público, dos espaços reservados para restaurantes, lanchonetes e cafés (espaços públicos/ boxes), no “Mercado do Café”, localizado na Rua da Praia, s/n, entre as ruas Travessa Sete de Setembro e Ladeira Vinte e nove de Julho - Centro Histórico**, de acordo com os dispositivos das Leis Federais nº 8.666/93, suas alterações, Lei Municipal n. 3.756, de 08 de junho de 2018 e demais normas em vigor que regem a espécie, de acordo com as especificações e exigências contidas neste Edital e seus anexos, todos constantes do processo administrativo nº 9142/2018.

#### **1 – DA ABERTURA E LOCAL**

1.1. A Comissão Permanente de Licitação receberá os envelopes contendo a documentação de habilitação, e a proposta de preços, fechados e lacrados até as **09:00 horas do dia 16 de Julho de 2018**, e dará início ao processo de abertura daqueles, em sessão pública, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Paranaguá, sito na Rua Júlia da Costa, 322 – Centro, 1º andar, Paranaguá-Pr.

1.2. Os interessados na participação poderão retirar o edital e seus anexos, no endereço descrito acima, e, estará disponível para download no sítio oficial do Município: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br), no link – licitações municipais. Demais informações que se fizerem necessárias poderão ser solicitadas à Prefeitura Municipal de Paranaguá, por escrito, mediante protocolado, ou através do e-mail: [cpl@paranagua.pr.gov.br](mailto:cpl@paranagua.pr.gov.br), e, também pelo telefone 41-3420-6003, observado o prazo estabelecido pela Lei 8666/93, que rege os procedimentos licitatórios.

#### **2 – DO OBJETO**

2.1. O objeto da presente licitação é a outorga de **Concessão de Uso de bem público, dos espaços reservados para restaurantes, lanchonetes e cafés (espaços públicos/ boxes), no “Mercado do Café”, localizado na Rua da Praia, s/n, entre as ruas Travessa Sete de Setembro e Ladeira Vinte e nove de Julho - Centro Histórico, no município de Paranaguá/Pr, mediante o pagamento da Taxa Mensal de Utilização do Espaço, objetivando a comercialização de refeições e lanches aos munícipes e turistas, de acordo com as especificações e exigências contidas neste edital.**

2.2. O denominado Mercado do Café, possui uma área total construída de aproximadamente 912,00m<sup>2</sup> (novecentos e doze metros quadrados), sendo descritos os ambientes para CAFE, com periodicidade de terça a domingo, no mínimo, das 7h00 às



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

PALÁCIO SÃO JOSÉ

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10h00; ALMOÇO: de terça domingo, no mínimo, das 11h30 às 14h30; LANCHE: de terça a domingo, no mínimo, das 15h00 às 18h00.

## 3 – TAXA MENSAL DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

TABELA 1 - TAXA MENSAL DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO									
B O X	ÁREA PRIVAT IVA (m <sup>2</sup> )	ÁREA PRIVATIVA (%)	ÁREA ÚTIL DE USO COMUM (m <sup>2</sup> ) - PROPORCIONAL À ÁREA PRIVATIVA *	ÁREA TOTAL (m <sup>2</sup> ) - PRIVATIVA + COMUM	DESCRIÇÃO DO USO DO BOX	VALOR TAXA MENSAL MÍNIMO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO (R\$) **	VALOR TAXA MENSAL DE ENERGIA DA ÁREA COMUM (R\$) ***	VALOR TAXA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO DA ÁREA COMUM (R\$) ****	VALOR MÍNIMO TOTAL DA TAXA DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO (R\$) = TX OCUPAÇÃO + TX ENERGIA + TX ÁGUA E ESGOTO
1	8,45	0,0291	13,94	22,39	Sorvetes, bebidas, lanches, pastel, café	<b>398,75</b>	29,14	21,86	<b>449,75</b>
2	27,78	0,0958	45,82	73,60	Almoço: frutos do mar, carnes. Lanches. Bebidas	<b>1.310,93</b>	95,81	71,85	<b>1.478,59</b>
3	16,97	0,0585	27,99	44,96	Sorvetes, bebidas, lanches, pastel, café	<b>800,81</b>	58,53	43,89	<b>903,23</b>
4	45,57	0,1572	75,16	120,73	Sorvetes, bebidas, lanches, pastel, café	<b>2.150,44</b>	157,16	117,87	<b>2.425,47</b>
5	8,45	0,0291	13,94	22,39	Sorvetes, bebidas, lanches, pastel, café	<b>398,75</b>	29,14	21,86	<b>449,75</b>
6	8,26	0,0285	13,62	21,88	Almoço: frutos do mar, carnes. Lanches. Bebidas	<b>389,79</b>	28,49	21,37	<b>439,64</b>
7	36,3	0,1252	59,87	96,17	Almoço: frutos do mar, carnes. Lanches. Bebidas	<b>1.712,99</b>	125,19	93,89	<b>1.932,07</b>
8	8,71	0,0300	14,37	23,08	Sorvetes, bebidas, lanches, pastel, café	<b>411,02</b>	30,04	22,53	<b>463,59</b>
9	8,71	0,0300	14,37	23,08	Almoço: frutos do mar, carnes. Lanches. Bebidas	<b>411,02</b>	30,04	22,53	<b>463,59</b>
10	36,44	0,1257	60,10	96,54	Almoço: frutos do mar, carnes. Lanches. Bebidas	<b>1.719,60</b>	125,67	94,25	<b>1.939,52</b>
11	32,26	0,1113	53,21	85,47	Almoço: frutos do mar, carnes. Lanches. Bebidas	<b>1.522,34</b>	111,26	83,44	<b>1.717,04</b>
12	32,51	0,1121	53,62	86,13	Almoço: frutos do mar, carnes. Lanches. Bebidas	<b>1.534,14</b>	112,12	84,09	<b>1.730,35</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

PALÁCIO SÃO JOSÉ

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A D M I N I S T R A Ç Ã O	19,55	0,0674	32,24	51,79	Uso para administração da edificação	922,56	67,42	50,57	1.040,55
S U B T O T A L	289,96	1,0000	478,23	768,19		13.683,15	1.000,00	750,00	15.433,15

## 4 – ATIVIDADES PERMITIDAS E DO USO

- 4.1 As atividades permitidas para exploração nos imóveis objetos do presente edital são as especificadas no Anexo I, sendo vedada a alteração do ramo de atividade.
- 4.2 O uso dos imóveis licitados será realizado exclusivamente pelos vencedores da presente licitação.
- 4.3 Toda e qualquer obra e/ou intervenção que se fizer necessária para realização da atividade, deverá ter seu projeto submetido à aprovação pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSU.
- 4.4 É vedado o uso dos imóveis para realização de atividade político-partidárias.
- 4.5 É vedado o uso dos imóveis para fins de veiculação de publicidade alheia à atividade para a qual foi permitido o seu uso.
- 4.6 A partir da assinatura do termo de concessão de uso, a responsabilidade pela posse do imóvel é exclusivamente do concessionário, não sendo aceita qualquer reclamação posterior.
- 4.7 A atividade comercial só poderá iniciar após o fornecimento do Alvará de Localização pela Secretaria Municipal de Urbanismo – SEMUR.
- 4.8 Será permitido o uso para apenas 01 (um concessionário) por espaço;
- 4.9 Um mesmo licitante não poderá ser logrado vencedor de mais de um espaço público/box.

## 5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar da Concorrência, pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras as quais estejam habilitadas e capacitadas para executar os serviços descritos neste Edital de Licitação e seus Anexos.

5.2. Após a assinatura do termo de concessão de uso, os vencedores do certame terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para constituir uma Associação, com CNPJ, para gerenciar o Mercado, sendo o responsável pelos custos de manutenção predial, passando para o nome dessa Associação a taxa de energia, taxa de água e esgoto da área comum.

5.5. A participação neste Procedimento Licitatório, importa a proponente à irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos;

5.4. A proponente arcará com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado deste Procedimento Licitatório;

5.5. Serão impedidas de participar da presente Licitação, pessoas jurídicas que tenham sido suspensas pela Administração, pelo prazo assinalado no ato que tenha determinado a suspensão, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (Federal, Estadual ou Municipal);

5.6. É vedada a participação direta ou indireta na licitação:

- a) de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro, funcionário da Prefeitura Municipal de Paranaguá ou membro de sua administração como dirigente ou responsável técnico;
- b) de pessoas jurídicas que, a qualquer tempo, possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal.

## **6 – DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA**

6.1. Só poderão deliberar em nome da LICITANTE:

- a) seu(s) dirigente(s) contratual(ais) ou estatutário(s) devidamente identificado(s) através de documento de identidade e cópia do instrumento de constituição ou alteração, onde constem os poderes de representação legal da licitante; ou
- b) a pessoa física habilitada por meio de Procuração Pública ou Particular, com firma reconhecida, acompanhada de documento de identidade e cópia do contrato social ou outro documento oficial que comprove a autorização do outorgante para representar a empresa.

6.2. Os documentos citados nos itens “a” e “b” deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação na reunião de abertura dos trabalhos, **separados do(s) envelope(s)**, ficando retidos para instrução do processo.

6.3. Nenhum interessado poderá participar da presente licitação representando mais de uma Licitante.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.4. O não credenciamento do representante legal (conforme item 6.1) o impedirá de se manifestar e responder pela licitante, sem prejuízos do direito de oferecimento das propostas para participação na licitação.

## **7 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES**

7.1. No dia, hora e local estipulados no **item 1.** a Comissão Permanente de Licitação receberá os envelopes fechados e lacrados. Somente o representante legal, desde que atendida as condições estabelecidas no item 6.1., com apresentação em ambos os casos, de documento de identidade, é que poderá se manifestar no ato público de abertura dos envelopes, em nome da empresa licitante.

7.2. **FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES** – Os documentos de Habilitação e Propostas de Preços devem ser entregues em (02) dois envelopes distintos, fechados e lacrados, trazendo na sua parte frontal externa as seguintes informações:

**a) Razão social e endereço**

**Concorrência Pública nº 00/2018 - CPL**

**Abertura: XX/XX/2018 - Horário: 09:00 horas**

**Envelope nº 01 – “DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO”**

**b) Razão social e endereço**

**Concorrência Pública nº 00/2018 – CPL**

**Abertura: XX/XX/2018 - Horário: 09:00 horas**

**Envelope nº 02 – “PROPOSTA DE PREÇOS”**

7.3. Após o encerramento do prazo para entrega dos envelopes, nenhum outro documento será recebido nem serão permitidos adendos, acréscimos ou esclarecimentos à documentação, salvo a critério da Comissão Permanente de Licitação, para instruir eventuais recursos interpostos.

7.4. Não serão aceitos envelopes abertos ou sem a identificação estabelecida nas alíneas “a” e “b” do **item 7.2.**

## **8 – DO ENVELOPE N.º 01 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

8.1. O envelope n.º 01 deverá ser apresentado de acordo com o previsto na letra a) do item 7.2., o qual deverá ser apresentado devidamente lacrado e inviolado, em 01(uma) via cada um, sendo que as folhas deverão, preferencialmente, ser do tamanho A4, os documentos deverão estar rubricados por elemento credenciado da proponente, no caso de cópias os mesmos deverão estar devidamente autenticado por tabelião, ou por servidor membro da comissão permanente de licitação deste Edital, e deverá trazer os seguintes documentos, obedecendo seus requisitos:

a) 8.1.1. Relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA

b) 8.1.1.2. Registro Comercial, junto ao órgão competente, no caso de empresa individual; ou



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- c) 8.1.1.3. Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social), da Licitante e sua última alteração, caso exista, devidamente registrado no órgão competente, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, e ainda no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou
- d) 8.1.1.4. Decreto ou autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quanto à atividade assim o exigir;
- e) 8.1.1.5. Documento de identificação (cédula de identidade) do representante legal da Licitante e comprovante da sua inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) do Ministério da Fazenda ou CNH – Carteira Nacional de Habilitação.
- f) 8.1.2. Relativa à REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA
- g) 8.1.2.1. Comprovante de inscrição da empresa Licitante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda, com prazo de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.
- h) 8.1.2.2. CERTIDÃO DE REGULARIDADE DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS, da sede da licitante, expedida pela Prefeitura Municipal (incluindo tributos mobiliários e imobiliários);
- i) 8.1.2.3. Certidão Negativa de Débitos da Licitante, de Tributos Estaduais e da Dívida Ativa, expedida pelo Estado da sua sede.
- j) 8.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos da Licitante, de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Federal.
- k) 8.1.2.5. Certidão Negativa de Débito da Licitante, perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, expedida pela Previdência Social.
- l) 8.1.2.6. Certidão de Regularidade da Licitante, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal.
- m) 8.1.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- n) Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo Anexo VI.
- o) Declaração firmada pela proponente (Anexos III, IV e V );
- p) Termo de Renúncia (anexo VIII)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

PALÁCIO SÃO JOSÉ

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

## 9 – DO ENVELOPE N.º 2 – PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A Proposta de Preços, deverá ser apresentada conforme Item 7.2. do presente Edital, em papel timbrado da proponente, em 01 (uma) via digitada ou datilografada, datada, rubricada e assinada (com indicação clara do subscritor), sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, contendo o preço ofertado a título de **Preço Mínimo Mensal** para fins de concessão de uso, conforme definido no Anexo III, expresso em reais, em algarismo e por extenso.

9.2. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser impressa em papel timbrado da proponente, numerada em ordem sequencial, constando o seu endereço, razão social, CNPJ, número de telefone, fax e endereço eletrônico, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, mencionando o número e o objeto da Concorrência, contendo ainda, em seu conjunto:

9.2.1. O valor monetário da **Preço Mínimo Mensal** proposto como contraprestação da Concessão de Uso, em reais, em algarismos e por extenso, com a indicação do espaço público pretendido/número do box, de acordo com a planta constante do Anexo I;

9.2.2. O valor mínimo a ser ofertado deverá ser de **acordo com a tabela 1, no item 3.1.5, item “VALOR TAXA MENSAL MÍNIMA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO”**

9.2.3. **Declaração** expressa que depositará, mensalmente, durante a vigência da concessão de Uso, em favor do Município de Paranaguá, como forma de ressarcimento de custos, a importância em reais, correspondente a soma do consumo estimado de energia elétrica e de água e esgoto, bem assim da Taxa de Ocupação do Espaço, constantes no item **3.1.5** deste Termo de Referência;

9.2.4. **Declaração** expressa de que a proponente examinou, minuciosamente, o pertinente edital, seus **ANEXOS**, e que estudou, comparou e os encontrou corretos, aceitando e submetendo-se, integralmente, às suas condições, e que obteve da Comissão de Licitação, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, não havendo dúvidas a cerca dos serviços a executar;

9.2.5. **Declaração** expressa da proponente de que no preço global estão incluídos todos os benefícios e os custos diretos e indiretos que forem exigidos para prestação do objeto licitado, assim entendida, não só as despesas diretas, com a aquisição de materiais e pagamento da mão-de-obra, como também, as despesas indiretas, dentre elas: transporte de pessoal, alimentação, "know-how", "royalties", despesas financeiras, serviços de terceiros, aluguel e aquisição de máquinas; equipamentos, veículos e transportes; contribuições devidas à Previdência Social, encargos sociais e trabalhistas; impostos taxas e emolumentos incidentes sobre a prestação do serviço, agência de despachantes, ou outras despesas, quaisquer que sejam as suas naturezas;

9.2.6. **Declaração** de visita técnica, em conformidade com o disciplinado neste Termo de Referência.

Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, prazo ou qualquer outra condição que importe modificação dos seus



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar erros materiais e à redução de preços.

## **10 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

10.1. No local, data e horário descrito no item 1, na presença de seu(s) representante(s) legal(is) e demais pessoas que desejarem assistir ao ato, a Comissão Permanente de Licitação iniciará os trabalhos reunindo os envelopes apresentados, devidamente fechados e lacrados.

10.2. A Comissão Permanente de Licitação fará a abertura do envelope nº 1 – “Documentação para Habilitação”, rubricando todos os documentos e classificando as empresas que estiverem com a documentação em ordem e em seguida passará para que todos os representantes legais (item 6.1) presentes rubriquem.

10.3. - A Comissão Permanente de Licitação poderá suspender a sessão quando da abertura dos envelopes, a fim de que tenha melhores condições de avaliar os documentos. Ocorrendo essa hipótese, ela designará uma nova data para a continuidade da sessão de abertura dos envelopes "01" – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO, sendo que o não comparecimento de qualquer proponente a tal sessão, não impedirá que a mesma se realize.

10.4. Em relação a 1ª fase – Habilitação, havendo algum questionamento por parte do(s) representante(s) legal(ais) (item 6.1), deverá ser feito por escrito, com a identificação do(s) questionador(es), que será registrado em ata, e o documento anexado ao processo, após análise a Comissão Permanente de Licitação fará a divulgação do resultado desta fase. Aos inabilitados serão devolvidos os envelopes nº 02, devidamente fechados e lacrados.

10.4. Não havendo questionamentos referentes à fase de Habilitação, as empresas que não apresentarem o Termo de Renúncia poderão desistir verbalmente e em seguida a Comissão Permanente de Licitação passará à abertura do envelope nº 2 “Proposta de preços”, dos licitantes habilitados, declarando a ordem classificatória das propostas de preços.

## **11 – JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

11.1. Em data, horário e local designado em sessão pública, serão abertos os envelopes “02”, sendo classificada em 1º lugar a proponente que apresentar na forma do item acima a maior oferta para cada Lote.

11.2. Por ocasião da abertura das propostas, as proponentes poderão fazer ressalvas pertinentes que constarão em ata.

11.3. Uma vez abertas, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem, salvo as ressalvas legais.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.4. Após a classificação das proponentes seu resultado deverá ser publicado na Imprensa Oficial do Município.

11.5. Na hipótese de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito dando-se preferência ao atual ocupante do imóvel; permanecendo o empate, o desempate se dará em conformidade com o art. 45 parágrafo 2º da Lei 8666/93, por meio de sorteio, no mesmo ato público, ou em data e horário previamente fixados pela Comissão Permanente de Licitação.

11.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências constantes do presente Edital, seus Anexos, da Lei Federal 8.666/93, e em especial as que:

11.6.1. - Omitirem ou contrariarem qualquer dado constante do Anexo VII - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

11.6.2. - Basearem seus preços nos dos outros proponentes ou oferecerem reduções sobre as propostas mais vantajosas.

11.6.3. - Forem subordinadas a quaisquer condições não previstas neste Edital.

11.6.4. - Contiverem ressalvas em relação às condições dispostas neste Edital.

11.6.5. - Apresentarem preços inexeqüíveis, ou apresentarem preços inferiores aos limites máximos estabelecidos, o que será analisado pela Comissão Permanente de Licitação a partir das planilhas e condições exigidas no subitem 9.5.

11.6.6. - Forem omissas, vagas ou apresentarem irregularidades ou defeitos que dificultem o julgamento.

## **12 – DA IMPUGNAÇÃO E RECURSOS**

12.1. Dos atos da Prefeitura de Paranaguá decorrentes da aplicação do Regulamento de Licitações e de Contratos, cabem:

12.1.1. **IMPUGNAÇÃO** – O ato convocatório poderá ser impugnado, no todo ou em parte, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes (Habilitação/Proposta). Não impugnado o ato convocatório preclui toda matéria nele constante.

12.1.2. **RECURSO** – Dos resultados da fase de habilitação e do julgamento da licitação caberão recursos fundamentados, por escrito, dirigidos à autoridade competente, por intermédio da Comissão Especial de Licitação, protocolados diretamente no endereço da Prefeitura Municipal de Paranaguá, com recebimento formal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pela Licitante que se julgar prejudicada.

12.1.2.1. Os recursos serão dirigidos a Prefeitura Municipal de Paranaguá, e julgados no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data final para sua interposição, pela autoridade competente ou por quem esta delegar competência.

12.1.2.2. Os recursos terão efeito suspensivo.

12.2. Interposto o recurso, será comunicado aos demais **LICITANTES**, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.3. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora dos prazos aqui estabelecidos.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

## **13 – DA ASSINATURA DO TERMO DE RESPONSABILIDADE DE USO**

13.1 O prazo para assinatura do Termo de Concessão de Uso, será de até 05 (cinco) dias, após a aprovação dos documentos acima elencados e do projeto, sob pena de decair do direito ao mesmo, sem prejuízo das conseqüências previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93.

13.2. O licitante vencedor que não apresentar os documentos ou não comparecer para assinatura do Termo de Concessão de Uso, nos prazos e condições estabelecidos, será tido como desinteressado pela ocupação da loja, perdendo, portanto, o direito à outorga de Concessão de Uso, estando sujeito às penalidades previstas no item edital de embasamento.

13.3. É facultado ao concedente, quando o vencedor não assinar o “Termo de Concessão de Uso” ou não cumprir as exigências para tanto, no prazo e condições fixadas no Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço da Parcela Inicial, ou revogar a Licitação no todo ou em parte (Parágrafo 2º, do Artigo 64, da Lei nº 8.666/93).

13.4. O Termo de Outorga de Concessão de Uso deverá ser assinado pelo proponente vencedor aceito pela CONcedente.

## **14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. A Comissão Permanente de Licitação, após decorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso contra a desclassificação e/ou julgado o interposto, e não havendo recursos, encaminhará os autos à autoridade que ordenou a abertura do procedimento licitatório para homologação e adjudicação do objeto.

14.2 – Uma vez homologado o julgamento e adjudicado o objeto, o Município convocará a proponente vencedora para que, dentro de 05 (cinco) dias a contar data da convocação, compareça à Prefeitura para a assinatura do Termo de Responsabilidade de Uso e demais providências

## **15.DAS OBRIGAÇÕES DO concedente**

15.1. Cabe ao concedente, o cumprimento das seguintes obrigações:

15.1.1. Nomear 01(um) Fiscal, do quadro da fiscalização da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (Prefeitura Municipal de Paranaguá) para executar o acompanhamento e a fiscalização do Contrato a ser firmado, em conformidade com suas competências e demais disposições legais, devendo observar, no mínimo, as atribuições expressamente previstas neste Termo de Referência;

15.1.2. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto desta Contratação, solicitando ao Concessionário todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 15.1.3. Notificar o Concessionário, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 15.1.4. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, que estejam em desacordo com o presente Termo de Referência e com o Contrato, para que sejam tomadas as providências com relação a quaisquer irregularidades;
- 15.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Concessionário;
- 15.1.6. Cientificar o Concessionário sobre as normas internas vigentes relativas à segurança, inclusive aquelas atinentes ao controle de acesso de pessoas e veículos, bem assim sobre a Política de Segurança da Informação do concedente;
- 15.1.7. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados do Concessionário aos locais onde serão prestados os serviços, observadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas;
- 15.1.8. Inspeccionar periodicamente as instalações internas do box de forma verificar as condições de execução dos serviços objeto deste Edital e Anexos.
- 15.1.9. Cumprir as demais obrigações constantes deste Edital e Anexos, do instrumento convocatório e outras imposições previstas no Contrato.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO**

- 16.1. Dentre outras, inerentes à fiel execução do Contrato, caberá ao Concessionário, além do disposto nos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Lei n. 3.756/2018, o cumprimento das seguintes obrigações.
- 16.2. Respeitar as especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;
- 16.3. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo concedente;
- 16.4. Manter os seus empregados usando uniformes completos em bom estado (calças e camisas) e, quando necessário, os respectivos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, bem assim identificados durante o horário de trabalho, mediante uso Permanente de crachás;
- 16.5. Manter os seus empregados envolvidos nos processos de produção e distribuição devidamente uniformizados, utilizando acessórios especiais inerentes à manipulação de alimentos tais como: luvas, aventais, botas, máscaras, protetores de cabelos, etc., de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução-RDC n.º 216, de 15 de setembro de 2004 da ANVISA do Ministério da Saúde e Código da Vigilância Sanitária em vigor no município do Paranaguá, devendo ser realizada vistoria para fins de início de funcionamento;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 16.5. Assinar o instrumento contratual no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação formal da Administração convocando para esse fim;
- 16.6. Arcar com quaisquer prejuízos causados ao concedente, provocados pelo mau uso do mobiliário, equipamentos e instalações físicas do box, quando evidenciada a culpa do Concessionário, por negligência, ação ou omissão;
- 16.7. Fornecer e manter atualizada relação de todos os seus funcionários, alocados para a prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, devendo constar os nomes, identidades, função, horários de trabalho (início e final da jornada diária), horários dos intervalos (almoço);
- 16.8. Manter livro diário, ou sistema que o substitua com a mesma eficácia, para registro das ocorrências relativas ao Contrato;
- 16.9. Comparecer, sempre que convocada, às reuniões solicitadas pelo concedente, assumindo ônus por sua ausência;
- 16.10. Indicar formalmente, quando da assinatura do Termo de Concessão de Uso, Preposto que tenha capacidade legal e gerencial para tratar de todos os assuntos previstos neste Edital e seus Anexos, sem implicar em ônus para o concedente, constando o nome completo do preposto, número de CPF, número do documento de identidade, números dos telefones e e-mails para contato;
- 16.11. Assinar, por meio de seu Preposto, todos os documentos entregues ao concedente;
- 16.12. Assumir todas as responsabilidades na ocorrência de acidentes de trabalho, quando forem vítimas os seus empregados ou por eles causados a terceiros no desempenho de suas atividades e nos horários da prestação dos serviços, em conformidade com a legislação trabalhista específica, garantindo a devida e imediata assistência;
- 16.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, as normas internas disciplinares e de segurança do concedente;
- 16.14. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 70 da Lei n.º 8.666/1993.
- 16.15. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme art. 71 da Lei n.º 8.666/1993;
- 16.16. Atender prontamente todas as solicitações da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos previstas no Edital, neste Termo de Referência e outras estabelecidas no Contrato.
- 16.17. Comunicar à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

16.18. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

16.19. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XIII, art. 55, da Lei n.º 8.666/1993.

16.20. Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a Concessionário será notificada, no prazo definido pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato e execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos (Arts. 78, inciso I, 80, inciso III e 87, da Lei n.º 8.666/1993), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência, no Instrumento do Contrato e na Lei.

16.21. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de telefone, endereço eletrônico ou endereço físico, sob pena de infração contratual;

16.22. O Concessionário deverá providenciar e custear às suas próprias expensas toda a limpeza e higienização do espaço físico do Box, incluindo exaustores, equipamentos e utensílios utilizados;

16.23. Realizar trimestralmente a desinsetização das dependências do Box e comprovar através da afixação, no local, de selo de execução do serviço pela empresa desinsetizadora;

16.24. Manter em local visível, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de instauração de processo administrativo sancionatório.

16.25. Manter em local visível comprovante vigente de inspeção da Vigilância Sanitária;

16.26. Manter em local visível o Alvará de Funcionamento;

16.27. Receber, no início da prestação dos serviços, o Box fornecido pelo concedente, conferindo seu estado de conservação e funcionamento, bem assim assinando o Termo de Recebimento.

16.28. O espaço do box recebido no início da vigência contratual deverá ser devolvido ao seu término, nas mesmas condições de uso e funcionamento em que foram recebidos.

16.29. Disponibilizar, no início da execução do objeto deste Termo de Referência, os equipamentos e utensílios que se façam necessários para a prestação do serviço;

16.30. Realizar a entrada de mercadorias sempre pela manhã, em horário devidamente autorizado pela Administração;

16.31. Recolher os detritos e transportá-los através do corredor de serviço, em container específico, diariamente, em horário a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 16.32. Devolver, em perfeito estado de conservação, todos os bens que por ventura venham a ser fornecidos pela Administração, na hipótese de extinção ou rescisão contratual;
- 16.33. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato.
- 16.34. Quitar pontualmente os valores que sejam de sua responsabilidade, cabendo-lhe, também, o pagamento dos impostos, taxas e outros valores e/ou tributos que e caírem sobre o objeto contratado.
- 16.35. O valor total da Taxa Mensal de Utilização do Espaço deverá ser recolhido até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente à utilização do espaço destinado.
- 16.36. O recolhimento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento, fornecida pelo Gestor/Fiscal do Contrato;
- 16.37. O Concessionário deverá apresentar, à fiscalização do Contrato, os comprovantes de pagamento da guia de recolhimento em até 05 (cinco) dias úteis após sua quitação.
- 16.38. Manter o objeto da Concessão de Uso em perfeito estado de conservação e segurança, de forma a preservá-lo na mais perfeita ordem;
- 16.39. Sujeitar-se às exigências dos Órgãos de saúde pública, vigilância sanitária, autoridades municipais, estaduais e federais;
- 16.40. Quitar pontualmente as multas eventualmente aplicadas pela Concedente em decorrência de descumprimento contratual;
- 16.40. Cumprir as normas, circulares, ordens de serviço, entre outros, emanadas da Concedente, com os quais o Concessionário declara estar de acordo;
- 16.41. Não transpassar, ceder, transferir ou tentar transferir o objeto da Concessão de Uso a terceiros;
- 16.42. O Concessionário deverá respeitar rigorosamente sua área de atuação dentro dos limites físicos determinados e concessionados;
- 16.43. O trabalho de carga, descarga, remoção, limpeza, trânsito de fornecedores, entre outros, deverá ser de acordo com a norma e/ou regulamento específico de cada equipamento público;
- 16.44. Os fornecedores que prestarem serviço ao Concessionário e que necessitem transitar pelos locais onde estarão instalados também deverão estar devidamente identificados;
- 16.45. Todo e qualquer material utilizado no espaço concessionado deverá seguir rigorosamente as normas respectivas de cada equipamento, bem como as orientações emanadas pela Concedente, a fim de evitar quaisquer danos aos pisos, paredes ou provocar odores que prejudiquem ou incomodem outros setores;
- 16.46. Antes da instalação de qualquer equipamento que necessite alimentação elétrica, o Concessionário deverá verificar se a carga elétrica, tomadas e pontos de energia disponibilizados atendem com segurança a demanda do aparelho. Em caso contrário,



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

o Concessionário deverá apresentar formalmente uma proposta para solução do problema;

16.47. Caso sejam autorizadas alterações na demanda ou pontos de energia, o procedimento todo será custeado pelo Concessionário, que também deverá providenciar a remoção e a recomposição integral da parte elétrica afetada ao fim da necessidade de utilização;

16.48. O Concessionário será responsável por restaurar qualquer avaria ocorrida pelo trânsito de estoque, seja por seus fornecedores ou funcionários, tendo prazo máximo de 10 (dez) dias para as devidas correções;

16.49. Não será permitido afixar propagandas, cavaletes, letreiros, cartazes, faixas, banners ou qualquer elemento de comunicação visual em qualquer área dos equipamentos públicos

16.50. Somente será admitida a interferência na programação visual do espaço, se devidamente estudada e autorizada pela Concedente;

16.51. Uma vez autorizada a reprogramação visual do espaço, qualquer alteração deverá seguir os mesmos critérios acima;

16.52. Os equipamentos elétricos deverão conter selos atestando conformidade com as normas técnicas "ABNT" e "INMETRO";

16.53. O Concessionário deverá providenciar periodicamente a solicitação e execução de vistoria e atestado de controle sanitário, junto aos órgãos competentes, procedendo às suas próprias expensas os controles de desinfestação e/ou outros determinados pela fiscalização;

16.54. Após a solicitação por parte da fiscalização da Concedente, o Concessionário terá prazo máximo de 30 (trinta) dias para apresentação do atestado de controle sanitário.

16.55. Correrão às expensas do Concessionário, sob sua integral e exclusiva responsabilidade, todas as despesas com a fabricação, fornecimento, instalação manutenção dos equipamentos e da tecnologia, inclusive as despesas com instalação e o custo com a transmissão de dados, se for o caso, bem como impostos, taxas e afins, acaso necessários à perfeita operação da atividade que será desenvolvida.

16.56. O Concessionário se obriga a assumir integral responsabilidade pelos danos que causar à Concedente, ao Município de Paranaguá ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução do contrato, ficando à Concedente e/ou o Município isento de toda e qualquer responsabilidade que possa surgir em decorrência dos mesmos.

16.57. Responsabilidade por danos ao mobiliário urbano, aos usuários ou aos terceiros, quando da instalação, manutenção e/ou conservação dos equipamentos do contrato, em decorrência da ação ou omissão de seus funcionários e/ou prepostos, a responsabilidade caberá exclusivamente ao Concessionário.

16.58. O Concessionário não poderá interferir na operacionalização (circulação viária, passagem de usuários e pedestres, acessibilidade dos equipamentos urbanos).



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

16.59. O Concedente em hipótese alguma se responsabilizará pelos equipamentos, produtos e mercadorias do Concessionário em casos de furto, vandalismo, incêndio, falta ou falha de energia elétrica nos equipamentos públicos, entre outros.

16.60. O Concessionário deverá arcar com todas as obrigações decorrentes de qualquer dano que seu produto/serviço venha a ocasionar durante a execução do contrato seja ao patrimônio, aos equipamentos, aos participantes diretos ou a terceiros.

## **17. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

17.1. Concessão decorrente desta licitação será formalizada mediante Contrato de Concessão de Uso.

17.2. O prazo de vigência do contrato a ser firmado deverá ser de 07 (sete) anos, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por no máximo igual período, a critério do concedente, desde que presentes as condições e preços mais vantajosos para a Administração, conforme assinala o art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993.

17.3. O prazo de início dos serviços será de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços, a ser emitida pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

17.4. O prazo para a finalização da realização dos serviços citados nos itens 5 e 6 e início das atividades comerciais deverá ser de no máximo 60 (sessenta) dias após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços.

17.5. Após o término da execução do projeto (reformas/adequações/instalações), o Concessionário deverá solicitar Vistoria pela Concedente, a qual será realizada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

17.6. O início das atividades comerciais só poderá ocorrer após a aprovação das reformas/adequações pela vistoria, as quais deverão estar em conformidade com o projeto apresentado.

17.7. Não sendo aprovadas as reformas/adequações/instalações pela vistoria o Concessionário deverá adequar/reparar o equipamento, de acordo com projeto apresentado, antes de findar o prazo a que alude o item 17.4, solicitando nova vistoria nos termos do item 17.5.

17.8. Não sendo aprovadas as reformas/adequações pela Vistoria, e considerando que o prazo constante do item 17.4 esteja esgotado, o prazo poderá ser prorrogado uma única vez em até 15 (quinze) dias para adequar/reparar o equipamento, solicitando nova vistoria nos termos do item 17.5.

## **18. DA GARANTIA**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

18.1. Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas a Concessionário apresentará garantia anual de 5% (cinco) por cento em uma das modalidades estabelecidas no art. 56 da Lei n.º 8.666/1993, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após a data da assinatura do instrumento contratual.

18.2. Para efeito da incidência do percentual de 5% referido no item acima, será considerado o valor anual da contratação, que corresponde à Taxa Mensal de Utilização do Espaço multiplicado por 12, valor transformado em UFM.

18.3. A Taxa Mensal de Utilização do Espaço, valor transformado em UFM, será composta do somatório das seguintes taxas:

18.4. Taxa mensal de ocupação do espaço: correspondente ao valor ofertado pela licitante vencedora;

18.5. Taxa de energia elétrica: correspondente ao consumo estimado de energia elétrica da área comum (pátio central, varandas e instalações sanitárias) proporcional à área do box, conforme previsto na Tabela 1, do item 3.1.5;

18.6. Taxa de consumo de água/esgoto: correspondente ao consumo estimado de água e esgoto da área comum (pátio central, varandas e instalações sanitárias) proporcional à área do box, conforme previsto na Tabela 1, do item 3.1.5;

18.7. A garantia deverá vigorar durante todo o período de vigência contratual, mantendo-se válida até 03 (três) meses após o término deste Contrato;

18.8. Havendo opção pela modalidade caução em dinheiro, o valor deverá ser depositado em conta-caução em favor do Município de Paranaguá;

18.9. A garantia ficará sob a responsabilidade e à ordem do concedente.

18.10. A garantia somente será restituída à Concessionário após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

18.11. Havendo repactuação de preços, acréscimo ou supressão de serviços, a garantia será acrescida ou devolvida, guardada a proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor resultante da alteração, conforme o art. 56 §4º, da Lei 8.666/1993.

18.12. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a Concessionário obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 05(cinco) dias, contados da data em que for notificada, pelo concedente.

## **19. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONCESSÃO/ CONTRATO**

19.1. Para a elaboração do Termo de Concessão/ Contrato correspondente, o vencedor da Licitação deverá apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do dia posterior ao da publicação do aviso de homologação no Diário



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Oficial do Município , a documentação abaixo mencionada, assim como apresentar devedor solidário e o projeto básico de ocupação do espaço para aprovação:

- a) Ficha de inscrição no CNPJ;
- b) Contrato Social, Registro Comercial ou Firma Individual, devidamente registrados, devendo o objeto social referir-se ao ramo com o qual o proponente foi considerado vencedor da Licitação;
- c) Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos sócios;
- d) Cédula de Identidade dos sócios ou Carteira Nacional de Habilitação;
- e) Certidão negativa de Cartórios de Protesto dos sócios, com data não superior a 45 (quarenta e cinco) dias da data da convocação para apresentação da documentação exigida para assinatura do Termo de Concessão de Uso;
- f) Certidão negativa do Distribuidor Cível dos sócios, com data não superior a 45 (quarenta e cinco) dias da data da convocação para apresentação da documentação exigida para assinatura do Termo de Outorga de concessão de Uso;
- g) Prova de domicílio dos sócios.

19.2. O prazo para assinatura do Termo de Concessão de Uso, será de até 10 (dez) dias úteis, após a aprovação dos documentos acima elencados e do projeto, sob pena de decair do direito ao mesmo, sem prejuízo das conseqüências previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93.

19.3. O licitante vencedor que não apresentar os documentos ou não comparecer para assinatura do Termo de Concessão de Uso, nos prazos e condições estabelecidos, será tido como desinteressado pela ocupação da loja, perdendo, portanto, o direito à outorga de Concessão de Uso, estando sujeito às penalidades previstas no item edital de embasamento.

19.4. É facultado ao Concedente, quando o vencedor não assinar o “Termo de Concessão de Uso” ou não cumprir as exigências para tanto, no prazo e condições fixadas no Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço da Parcela Inicial, ou revogar a Licitação no todo ou em parte (Parágrafo 2º, do Artigo 64, da Lei nº 8.666/93).

19.5. Termo de Outorga de Concessão de Uso deverá ser assinado pelo proponente vencedor aceito pela Concedente.

19.6. A instalação de rede de energia elétrica para funcionamento das máquinas e eventual necessidade de instalação de ponto de água para as máquinas de bebidas quentes correrão as expensas do Concessionário, a qual deverá apresentar projeto básico de ocupação, conforme prazo descrito no item 19.1, o qual será analisado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sendo que a liberação da obra somente ocorrerá após autorização Equipe Técnica do Município

19.7. Caso haja necessidade de adequação da carga elétrica do espaço, a Concessionário deverá consultar previamente a Secretaria Municipal de Serviços



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Urbanos e, após aprovação da COPEL. Será de sua responsabilidade as despesas referentes às alterações efetuadas, inclusive a troca de fiação elétrica. Na hipótese de não adequação, a potência básica de energia elétrica fixada para o espaço não poderá ser excedida.

19.8. Cada box possui leitura independente de Energia, Água e Esgoto. Portanto será de responsabilidade do Concessionário a solicitação de transferência da conta em nome da sua empresa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato.

## **20. DA REACTUAÇÃO**

20.1. Os efeitos financeiros da reactuação serão aplicados a partir da assinatura do contrato do Concessionário, pela Administração do concedente.

20.2. As reactuações serão precedidas de solicitação do Concessionário, através de protocolo de solicitação à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, que correrá a tramitação administrativa.

20.3. É vedada a inclusão, por ocasião da reactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo, convenção ou coletiva.

20.4. Sendo oportuno e conveniente para a Concedente e para o Concessionário, o prazo da Concessão de Uso poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, devendo o Concessionário assinar o termo aditivo, mantendo-se as mesmas condições assumidas anteriormente, sendo o valor mensal da Taxa de Ocupação do Espaço devidamente corrigido pelo índice do município UFM (Unidade Fiscal do Município), desde que a variação do índice seja positiva, ou de qualquer outro índice que venha a sucedê-lo em caso de sua extinção.

20.5. Para que seja possível a renovação a que se refere o item anterior do presente Termo, ambas as partes deverão manifestar-se por escrito, justificando o interesse na renovação da Concessão, sendo que o prazo máximo para a manifestação de vontade deverá ser de 120 (cento e vinte) dias antes da data do término do contrato.

## **21. DO REAJUSTAMENTO DA TAXA MENSAL DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO**

21.1. O valor da Taxa Mensal de Ocupação do Espaço será reajustado anualmente, de acordo com a variação geral do Índice do Município, UFM (Unidade Fiscal do Município), ou pelo índice que venha a substituí-lo, com base na seguinte fórmula:

$$R = UFM2 \times (V/UFM1)$$

Onde:

R = valor da taxa de ocupação do espaço reajustado, em Reais;

V = valor inicial proposto pelo cessionário da taxa de ocupação do espaço, em Reais;

UFM1= valor do UFM do ano do contrato;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

PALÁCIO SÃO JOSÉ

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

UFM2= valor do UFM do ano corrente.

21.2. O reajustamento a que se refere o item anterior poderá ser negociado com a Administração, de forma a manter o equilíbrio econômico e financeiro do Contrato a ser firmado.

## 22. DAS PENALIDADES

22.1. Nos termos do art. 86 e do art. 87, ambos da Lei n.º 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato a ser celebrado com o concedente poderá este, garantida a ampla defesa, aplicar ao Concessionário as **sanções específicas** fixadas a seguir, **além no instrumento contratual**:

21.1.1. Advertência escrita;

21.1.2. Multa, nos seguintes percentuais:

21.1.2.1. 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, calculada sobre o valor da Taxa Mensal de Ocupação do Espaço por não cumprimento dos prazos estipulados neste Termo de Referência e no instrumento contratual;

21.1.2.2. 0,5% (zero vírgula cinco por cento), ao dia e por ocorrência, calculada sobre o valor da **Taxa Mensal de Utilização do Espaço**, caso a Concessionário não atenda às demais obrigações previstas neste Termo de Referência;

21.1.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, havendo rescisão contratual, em virtude de inexecução total ou parcial, e/ou em decorrência das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº8.666/93, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades estabelecidas na referida Lei;

21.1.2.4. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

21.1.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Concessionário ressarcir o concedente pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.

21.1.2.6. A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.

21.1.2.7. As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados ou da garantia, quando houver, ou ainda cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.

21.1.2.8. A contratada não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pelo contratante, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

## **22. DA RESCISÃO**

22.1. A inexecução total ou parcial do objeto deste Termo de Referência enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77, 78, incisos I a VIII, XII e XVII, artigo 79, incisos e parágrafos, e artigo 80, incisos e parágrafos, da Lei n.º 8.666/93. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.2. A rescisão deste instrumento poderá ser:

22.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do concedente nos casos enumerados nos incisos I a VIII, XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93;

22.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para o concedente;

22.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

22.2.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de ato escrito e fundamentado da autoridade competente.

22.2.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93 sem que haja culpa do Concessionário, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução deste instrumento até data de rescisão.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**23.1.** Este edital deve ser lido e aceito por todas as **LICITANTES**. Ele cobre desde o início do processo licitatório até o termo final da concessão.

**23.2.** À Prefeitura Municipal de Paranaguá fica reservado o direito de aceitar a melhor proposta viável, rejeitar todas ou ainda anular parcial ou totalmente a presente **LICITAÇÃO**, sem que caiba aos participantes qualquer direito à reclamação ou indenização.

**23.2.1.** A Prefeitura Municipal de Paranaguá poderá adiar ou suspender os procedimentos licitatórios, dando conhecimento aos interessados, se assim exigirem as circunstâncias, bem como o direito de cancelar a licitação, antes de assinado o contrato, desde que justificado.

**23.3.** A(s) **LICITANTE(s) VENCEDORA(s)** assumirá(ão) integral responsabilidade pelos danos que causar a Prefeitura Municipal de Paranaguá ou a terceiros, por si ou seus sucessores e a seus representantes, na execução do objeto deste edital, isentando a Prefeitura Municipal de Paranaguá de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência daqueles.

**23.4.** A constatação de qualquer adulteração nos documentos da empresa **LICITANTE** implicará na sua desclassificação, não podendo participar de novas licitações na Prefeitura Municipal de Paranaguá pelo prazo de até 02 (dois) anos.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**23.5.** É facultada à Comissão Permanente de Licitações - CPL, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a esclarecer ou a completar a instrução do procedimento, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.

**23.6.** Além das disposições expressas deste Edital, as Propostas sujeitam-se às normas estabelecidas pela Lei Federal n.º 8.666/93 de 21-06-93, suas alterações e condições particulares deste Edital e à eventual legislação vigente aplicável.

**23.7.** O Foro da Comarca de Paranaguá/Pr, Justiça Estadual é competente para reconhecer e julgar as questões judiciais decorrentes da presente licitação.

**23.8.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações – CPL, através da Legislação atual, da jurisprudência, doutrina e demais princípios norteadores do direito.

**23.9. Fica esclarecido aos licitantes que os espaços públicos objeto deste certame poderão estar ocupados por terceiros, caso em que as despesas para a desocupação ficará por conta dos futuros concessionários.**

**23.10.** Quaisquer dúvidas decorrentes deste Edital, poderão ser sanadas junto a Comissão Permanente de Licitação – CPL, no Gabinete da Comissão, endereçada na Rua Júlia da Costa, nº 322, no horário compreendido das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo telefone (41) 3420-6003, até o último dia útil ao da abertura deste Procedimento Licitatório.

**23.11.** Fazem parte integrante deste edital:

**ANEXO I – PLANTA BAIXA**

**ANEXO II – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO;**

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL**

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE EMPREGADOS MENORES**

**ANEXO VII – MODELO DE CARTA PROPOSTA**

**ANEXO VIII – TERMO DE RENUNCIA**

**ANEXO IX – LEI MUNICIPAL Nº 3.756/2018**

**ANEXO X – RECOMENDAÇÃO M.P. REFERENTE AO INQUÉRITO CIVIL Nº MPPR-0103.17.000928-8**

**ANEXO XI – PRANTA PRELIMINAR DE RISCO DE INCÊNDIO**

Paranaguá, 11 Junho de 2018.

SHEILA DA ROSA MARIA



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Comissão Permanente de Licitação

**CONCORRÊNCIA 00/2018**

**ANEXO I – PLANTA BAIXA**

O arquivo estará disponível para download no site: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br), ou  
solicitação via telefone: 41-3420-6003.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**CONCORRÊNCIA Nº 00/2018**

## **ANEXO II – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**(modelo)**

(Nome da Empresa), neste ato representada por seu sócio-gerente/presidente/diretor ..... credencia o Sr(a) ....., conferindo-lhe todos os poderes gerais necessários à prática de quaisquer atos relacionados com a Concorrência nº XX/2018, especialmente os de rubricar toda a documentação e as propostas, emitir declarações, apresentar reclamações, impugnações ou recursos, desistir de prazos recursais, assinar atas e ofertar lances verbais de preço na sessão.

(Local e Data)

---

Assinatura do representante legal da licitante





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

## **CONCORRÊNCIA 00/2018**

### **ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

**(modelo)**

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório Concorrência nº XXX/2018, instaurada por esta Prefeitura Municipal, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2018.

Assinatura e identificação do representante  
legal da empresa proponente

Nome da empresa proponente



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Número do CNPJ  
Endereço completo

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

## **CONCORRÊNCIA 00/2018**

### **ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL**

**(modelo)**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF N° (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

(Local e Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa **proponente e carimbada com o número do CNPJ.**

**CONCORRÊNCIA 00/2018**

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

**(modelo)**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

---

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**CONCORRÊNCIA 00/2018**

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE EMPREGADOS MENORES  
ART. 7º, INC. XXXIII DA CR**

**(modelo)**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**(APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA TODAS AS LICITANTES)**

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(Assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Nome:

R.G.:

Cargo:

## **CONCORRÊNCIA Nº 00/2018 ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**(modelo)**

A empresa \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, apresenta a sua proposta comercial relativa a licitação, Concorrência Pública para concessão de Uso de próprios municipais, do tipo MAIOR OFERTA nº \_\_\_\_/2018, para concessão de conforme edital de licitação e seus anexos, nas seguintes condições:

LOTE	DESTINAÇÃO/ TIPO DE ATIVIDADE	VALOR (R\$)
------	-------------------------------	-------------

A proposta tem o prazo de validade de 90 (Noventa) dias, a contar da data de entrega.

As condições de pagamento são as constantes no edital de licitação modalidade Concorrência, nº \_\_\_\_/2018.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO VIII - CONCORRENCIA Nº 00/2018**

## **TERMO DE RENÚNCIA**

(modelo)

Eu, \_\_\_\_\_,  
Representante legal empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_,  
declaro que renuncio a interposição de recursos face habitação documental referente a  
"CONCORRÊNCIA PÚBLICA" Nº 00/2018 – CPL, relativo à \_\_\_\_\_  
(Descrição sucinta do objeto).

Paranaguá-Pr, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura/CNPJ



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

## **ANEXO IX**

### **LEI MUNICIPAL Nº 3.756/2018**

O arquivo estará disponível para download no site: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br), ou solicitação via telefone: 41-3420-6003.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

## **ANEXO X**

**RECOMENDAÇÃO M.P. REFERENTE AO INQUÉRITO CIVIL Nº MPPR-0103.17.000928-8**

O arquivo estará disponível para download no site: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br), ou solicitação via telefone: 41-3420-6003.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**

PALÁCIO SÃO JOSÉ

**ESTADO DO PARANÁ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

## **ANEXO XI**

### **PLANTA PRELIMINAR DE RISCO DE INCÊNDIO**

O arquivo estará disponível para download no site: [www.paranagua.pr.gov.br](http://www.paranagua.pr.gov.br), ou solicitação via telefone: 41-3420-6003.